



**ILAESE**



## **ANÁLISE DOS PISOS SALARIAIS E DAS CARREIRAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

### **Apresentação**

Elaborado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE) em parceria com o Sind-REDE BH (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte) sob coordenação de Gustavo Henrique Lopes Machado, Ana Godoi e Guilherme Fonseca.

Todas as informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. Fundamentalmente, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional (Siconfi, FNDE).

# ÍNDICE

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
1 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	4
1.1) Total de professores do setor público municipal e estadual.....	4
1.2) Remuneração média dos professores estaduais e municipais.....	6
1.3) Remuneração de professores recém-ingressos e Piso Salarial.....	7
2 – PISO NACIONAL DA EDUCAÇÃO NAS CAPITALS E NOS ESTADOS.....	9
2.1) Variação histórica do piso salarial da educação.....	9
2.2) Análise do piso salarial nas capitais estaduais.....	10
2.3) Análise do piso salarial nos estados.....	12
3 – DETALHAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM TODAS AS CAPITALS.....	15
3.1) Análise geral das capitais brasileiras.....	15
4 – DETALHAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM BELO HORIZONTE.....	18
5 – ANÁLISE DAS CARREIRAS.....	20
5.1) Impactos da carreira na remuneração: uma aproximação.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22

# INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar o Piso Salarial Nacional da Educação e seus impactos reais na remuneração e nas carreiras ou no plano de cargos e salários dos seus respectivos trabalhadores.

Um grande desafio foi colocado para esta pesquisa. Os dados individuais dos municípios e estados relativos aos planos de cargos e salários, bem como os pisos vigentes não são divulgados em nenhuma fonte unificada, mas dispersos em dezenas de diários oficiais e portais transparências, sempre diversos uns em relação aos outros e, muitas vezes, com péssima acessibilidade e pouca transparência. Diante disso, adotamos uma dupla estratégia.

Centramo-nos apenas nos dados em vigor dos pisos e das respectivas carreiras em cada uma das capitais e estados do Brasil. Em paralelo, mapeamos os dados relativos aos trabalhadores da educação pública em série histórica por meio da base de dados da RAIS. Diante desse mapeamento de dados, o presente estudo foi estruturado da forma que se segue:

No capítulo 1, em base à RAIS, examinamos a evolução histórica da remuneração e da massa de empregos do total de profissionais do magistério da educação pública, tanto estadual como municipal, bem como das capitais de cada um dos estados da federação. Tal análise, além de procurar identificar as diferenças no interior desses recortes, procura ainda avaliar o impacto do Piso Salarial na dinâmica geral das remunerações.

No capítulo 2, fazemos uma breve discussão legal a respeito do Piso. Na sequência, avaliamos o seu cumprimento ou não em todas as capitais e estados do país, tendo em vista as distintas cargas horárias. Tal pesquisa, baseou-se em uma coleta de dados caso a caso em todos os entes investigados.

Nos capítulos 3 e 4, também em base à RAIS, analisamos respectivamente o conjunto das capitais brasileiras e especificamente o município de Belo Horizonte. Examinamos as distintas cargas horárias, remuneração por tempo de trabalho, por regime de trabalho etc. procurando identificar impactos do Piso Salarial e da política de remuneração conforme os diversos níveis da carreira.

Por fim, no capítulo 5, tanto em base ao exame individual que indicamos no capítulo 1, como em base a RAIS, examinamos especificamente a questão da carreira e suas modificações nas redes públicas municipais e estaduais de ensino.

Boa leitura!

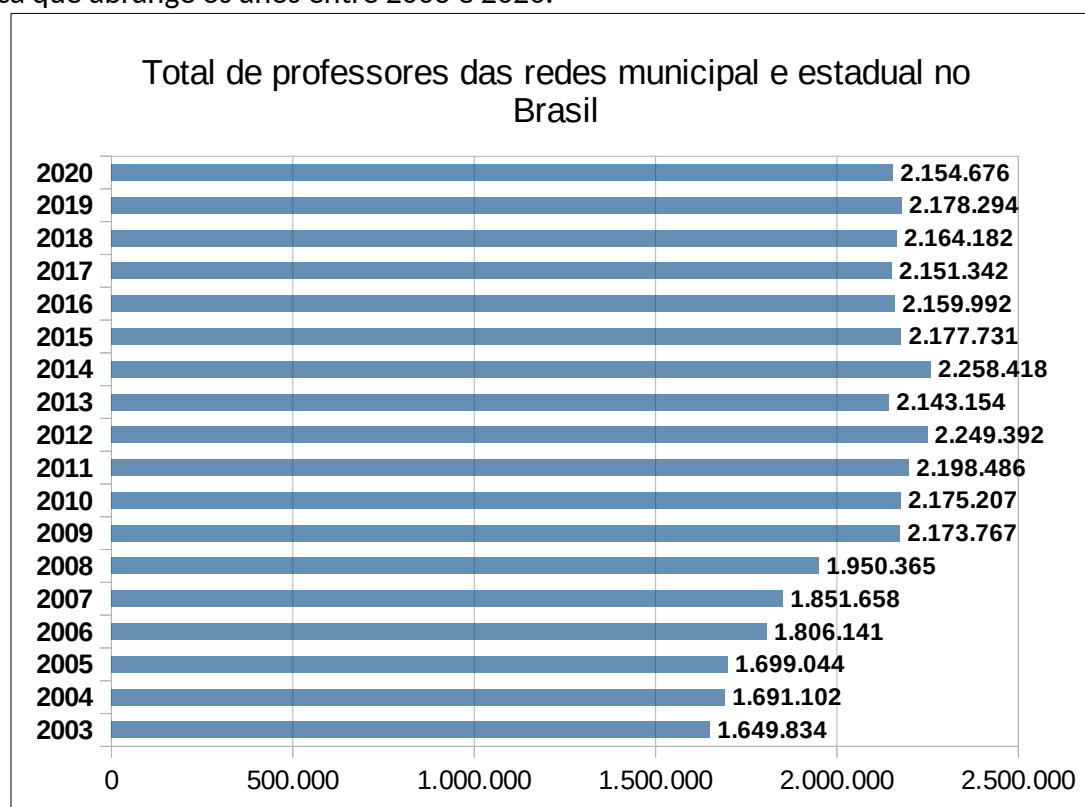
# 1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Nesse item do estudo, analisamos, em base a RAIS-MTE, o total de professores do ensino público municipal e estadual na educação básica. A RAIS não é uma pesquisa ou estimativa, antes, trata-se de uma base real preenchida em base a relatórios anuais enviados por todas entidades públicas ou privadas que empregam trabalhadores em qualquer modalidade considera formal.

Nos dados que se seguem, consideramos todas as ocupações relacionadas ao ensino estadual e municipal na educação básica (ensino infantil, fundamental e médio)<sup>1</sup>, cuja natureza jurídica do emprego seja o *Setor público estadual e municipal*.

## 1.1) Total de professores do setor público municipal e estadual

Começamos, então, pelos dados relativos ao total de servidores empregados em uma série histórica que abrange os anos entre 2003 e 2020.



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

O primeiro aspecto a se notar é que, desde 2009, não há crescimento no total de trabalhadores empregados no setor público estadual e municipal. Com algumas oscilações, o total de professores empregados em 2020 é inferior aquele registrado em 2009.

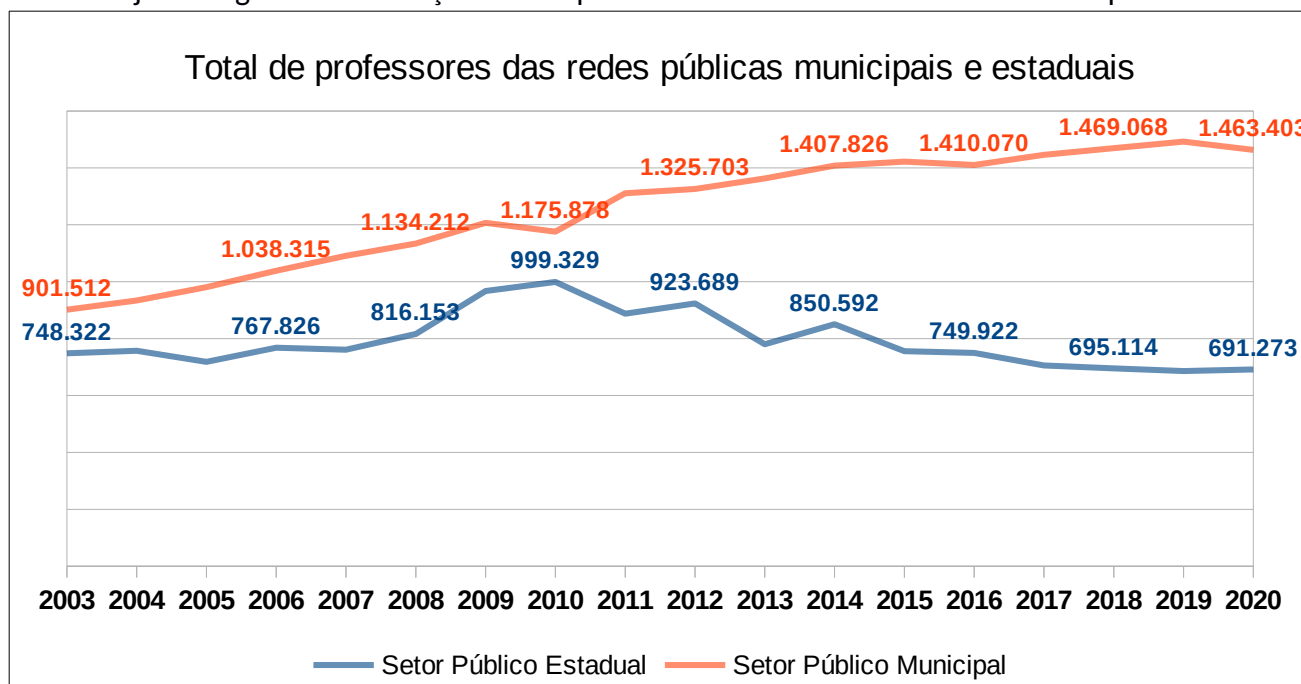
Em 2009 tínhamos 2 milhões 173 mil professores nas redes públicas estaduais e

<sup>1</sup> Consideramos as seguintes ocupações conforme o CBO Família: professores de nível superior na educação infantil; professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries); professores de nível superior no ensino fundamental de quinta a oitava série; professores do ensino médio; professores de educação especial; programadores, avaliadores e orientadores de ensino; professores leigos no ensino fundamental; professores de nível médio no ensino fundamental; professores de nível médio na educação infantil; professores de nível médio no ensino profissionalizante

municipais, enquanto em 2020 esse número foi de 2 milhões 154 mil. É verdade que, a partir de 2011, iniciou-se o giro da pirâmide etária brasileira, reduzindo paulatinamente o total de matrículas no ensino básico. De qualquer modo, esses números indicam que o giro etário não foi utilizado para elevar a proporção alunos turma ou a redução da intensidade de trabalho dos respectivos trabalhadores.

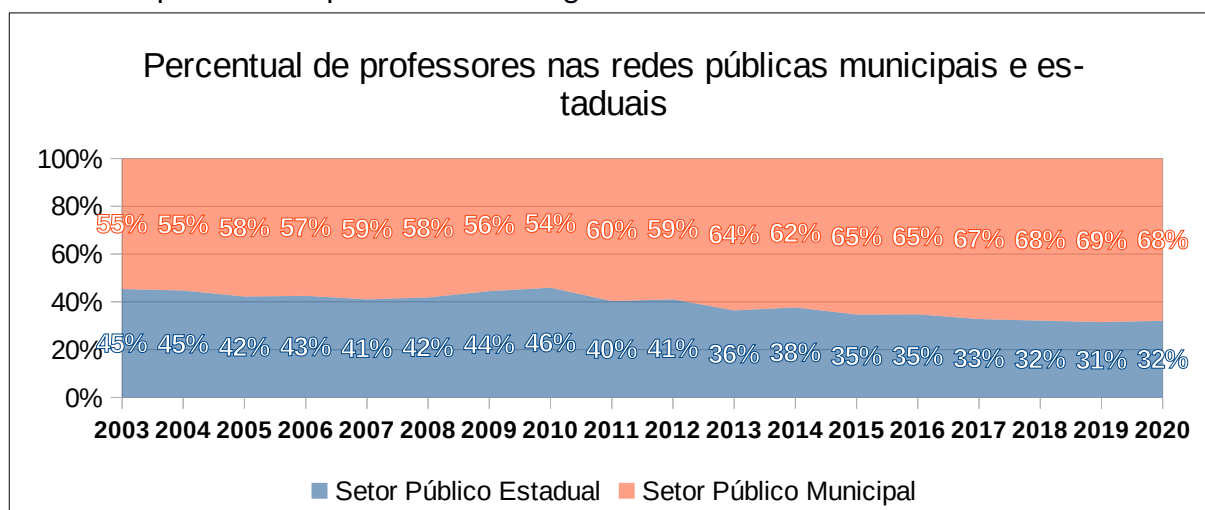
**Total de professores da rede pública de ensino estadual e municipal é, em 2020, inferior ao número registrado em 2009.**

Vejamos agora a distribuição desses professores nas redes estaduais e municipais.



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

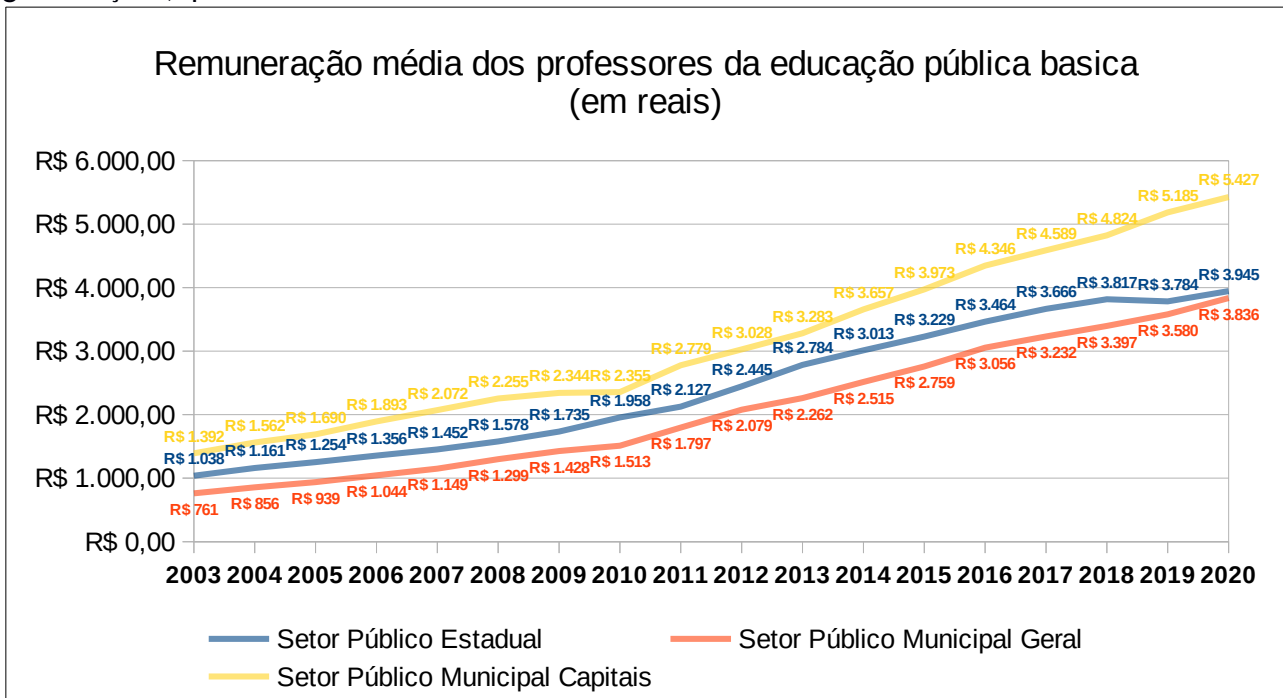
Torna-se evidente, desde 2010, o aprofundamento do fenômeno da municipalização do ensino básico. Não é casual que o FUNDEB tenha se iniciado em 2007. O FUNDEB, em verdade, durante toda sua vigência entre 2007 e 2020, aporta apenas 10% de recursos extras a educação básica, oriundos da União. De resto, o fundo nada mais faz do que transferir recursos do Estado para os Municípios, em vistas a financiar a municipalização do ensino. O que fica ainda mais claro com os dados percentuais que indicamos a seguir:



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

## 1.2) Remuneração média dos professores estaduais e municipais

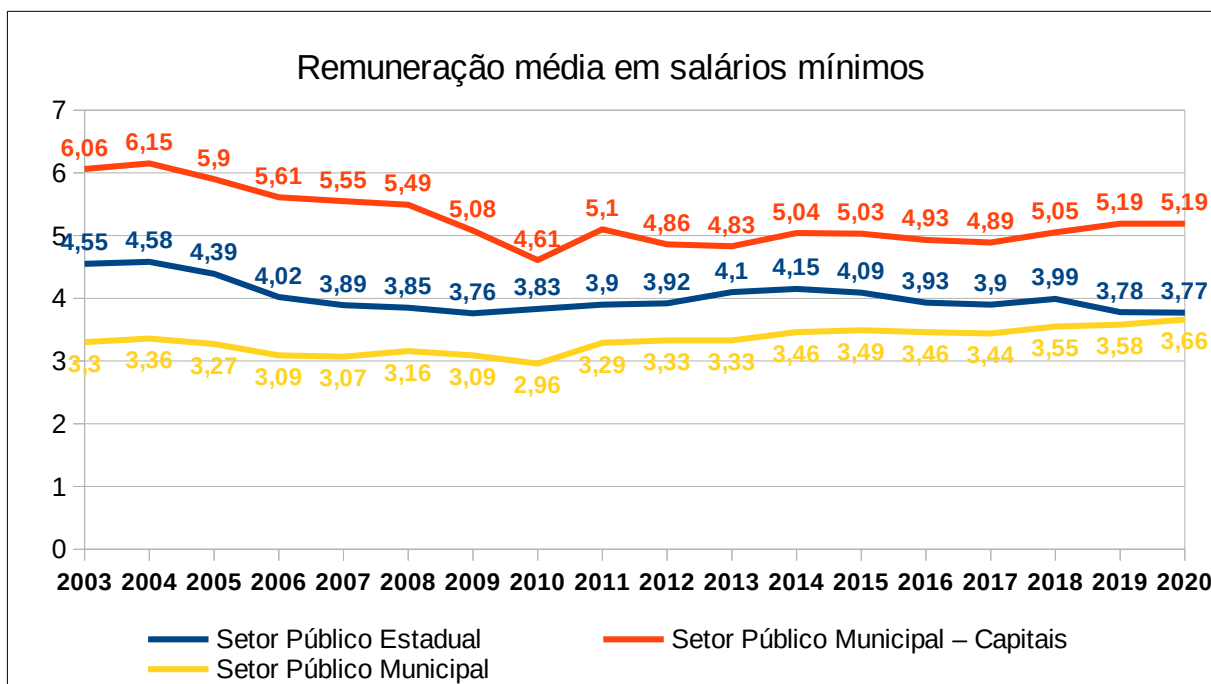
Diante disso, apresentamos a evolução da remuneração média nas redes estaduais e municipais no Brasil. No caso dos municípios, indicamos tanto a remuneração média geral, como aquela encontrada apenas nas capitais dos respectivos estados. Lembremos que esta remuneração média congrega todos os profissionais ativos do setor, com as respectivas carreiras e gratificações, quando existirem.



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Na média nacional, a remuneração média dos professores da educação básica estadual são superiores aos da educação básica municipal. A diferença, no entanto, vem reduzindo. Os salários médios praticamente se igualaram em 2020. Em 2003 a diferença entre ambos foi de 27%, já em 2004, foi de 18%, chegando, em 2020, a apenas 2,7%. Nas capitais, por razões óbvias, a média de remuneração mantém uma diferença em relação as verificadas tanto dos demais municípios quando nos estados. Tal diferença oscilou entre 20 e 40%.

O que ocorre, no entanto, é um achatamento salarial geral. Os dados que acima indicamos são suficientes para mostrar a tendência entre os setores estaduais, municipais e as capitais, mas não para indicar a evolução real da remuneração. Sobretudo, porque são mascaradas pela inflação. Vejamos, então, esta mesma evolução salarial média em salários-mínimos.



A situação real, portanto, na evolução dos salários dos profissionais do magistério em conformidade como subdivisão elegida é a seguinte: no caso do setor público estadual houve uma redução da remuneração, quando medida em salários-mínimos, de -17,14%; no caso das capitais do setor público municipal a redução foi de -14,36%. Houve crescimento apenas no setor público municipal geral, puxado pelos municípios do interior, quando a evolução foi de 10,91%.

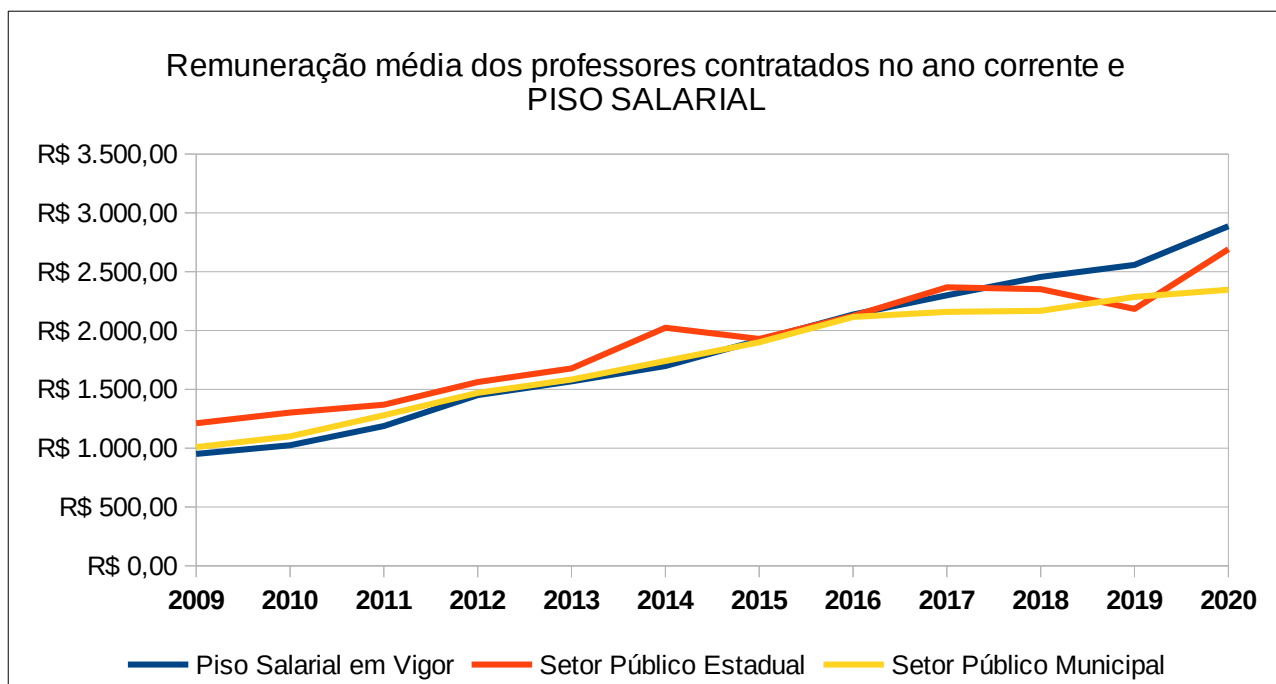
Importante notar que tal remuneração média considera todas as carreiras em vigor. O crescimento, portanto, deveria ser superior a média da evolução do salário-mínimo, já que a carreira deveria ser responsável por um crescimento real e orgânico da massa salarial.

### 1.3) Remuneração de professores recém-ingressos e Piso Salarial

Pela RAIS, não é possível obter o dado exato do Piso Salarial da Educação em vigor em cada caso, já que temos apenas uma média da remuneração dos trabalhadores em todos os níveis de carreira e formação. Com o objetivo, no entanto, de nos aproximar da remuneração que serve de base para o piso, nos dados que se seguem, consideramos apenas os professores com apenas 1 ano de carreira, recém-ingressos no setor, comparando-os ao Piso Salarial em Vigor para 40 horas.

Para maior clareza, apresentamos os valores nominais em uma tabela, seguida por um gráfico que indica a curva de tendência em ambos os casos. Nesse caso, consideramos a remuneração média dos profissionais do magistério na educação básica nos setores estadual e municipal.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Piso Salarial em Vigor	R\$ 950,00	R\$ 1.024,67	R\$ 1.187,97	R\$ 1.450,54	R\$ 1.567,00	R\$ 1.697,39	R\$ 1.917,78	R\$ 2.135,64	R\$ 2.298,80	R\$ 2.455,35	R\$ 2.557,74	R\$ 2.886,15
Setor Público Estadual	R\$ 1.211,42	R\$ 1.301,56	R\$ 1.368,26	R\$ 1.562,09	R\$ 1.677,43	R\$ 2.022,79	R\$ 1.927,59	R\$ 2.124,60	R\$ 2.367,10	R\$ 2.350,27	R\$ 2.183,71	R\$ 2.691,09
Setor Público Municipal	R\$ 1.008,62	R\$ 1.099,79	R\$ 1.279,76	R\$ 1.470,41	R\$ 1.583,66	R\$ 1.740,96	R\$ 1.899,59	R\$ 2.114,61	R\$ 2.158,05	R\$ 2.166,65	R\$ 2.285,72	R\$ 2.345,83



Tais dados trazem uma informação fundamental. O Piso definitivamente não alterou para cima a dinâmica salarial do setor. Quando entrou em vigor, em 2009, a média salarial dos profissionais recém-ingressos (com uma faixa de tempo de emprego de no máximo 1 ano) era superior ao piso. Desde 2018, no entanto, a média dos profissionais recém-ingressos tanto no setor municipal quanto no estadual é inferior ao piso para 40 horas semanais.

Como a interpretação jurídica dominante é de que o piso é válido apenas para 40 horas semanais e proporcional nos demais casos, tal informação não indica, ainda, a violação do piso segundo esta interpretação. Indica, contudo, de forma cabal que o piso não atuou no sentido de reverter a corrosão salarial do setor.

**Piso salarial da educação básica não atuou no sentido de reverter a corrosão salarial do setor.**



## 2 – PISO NACIONAL DA EDUCAÇÃO NAS CAPITALIS E NOS ESTADOS

Nesse item do estudo, apresentamos em base a pesquisas individuais, o valor corrente e o piso em vigor nas capitais e nos Estados brasileiros. Trata-se da LEI N° 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008 que “regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica”. A lei em questão aplica-se a professores “para a formação em nível médio, na modalidade Normal” fixado no “vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais”<sup>2</sup>.

### 2.1) Variação histórica do piso salarial da educação

Na formulação original, a Lei do piso salarial não estabelece, de modo algum, que o piso se aplica apenas aos professores com uma carga horária de 40 horas, aplicando-se aos demais um critério de proporcionalidade. Apesar disso, é esse o entendimento predominante na esfera jurídica brasileira, motivo pelo qual levamos em conta as respectivas carga horária nessa análise.

Em linhas gerais, os critérios do piso constitucional da educação básica são os seguintes:

- ✓ Válido para o vencimento inicial das respectivas carreiras na modalidade Normal.
- ✓ Para profissionais com formação em nível médio
- ✓ Com carga horária de no máximo, 40 (quarenta) horas semanais
- ✓ A atualização do valor é feita anualmente, no mês de janeiro.
- ✓ Como se trata de uma lei nacional, ela, obrigatoriamente, incide em todos os entes federativos.
- ✓ Os beneficiários da Lei do Piso são os profissionais do magistério público da educação básica que atuam em atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência.
- ✓ Segundo o Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/14 – PNE, todos os entes federativos deveriam adequar seus planos de carreira até junho de 2016, incluindo neles os profissionais da educação previstos no inciso III, do art. 61, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)<sup>3</sup>, assim qualquer plano anterior a esta data, já se encontra defasado e em desacordo com a lei. Os profissionais incluídos são “trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.”

Indicamos, então, na tabela que se segue, o valor do piso e sua proporcionalidade desde sua implantação em 2009. As cargas horárias consideradas foram todas aquelas que identificamos em todas as capitais e estados da federação.

Carga Horária (h)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
40	R\$ 950,00	R\$ 1.024,67	R\$ 1.187,97	R\$ 1.450,54	R\$ 1.567,00	R\$ 1.697,39	R\$ 1.917,78	R\$ 2.135,64	R\$ 2.298,80	R\$ 2.455,35	R\$ 2.557,74	R\$ 2.886,15	R\$ 2.886,15	R\$ 3.845,63
30	R\$ 712,50	R\$ 768,50	R\$ 890,98	R\$ 1.087,91	R\$ 1.175,25	R\$ 1.273,04	R\$ 1.438,34	R\$ 1.601,73	R\$ 1.724,10	R\$ 1.841,51	R\$ 1.918,31	R\$ 2.164,61	R\$ 2.164,61	R\$ 2.884,22
29	R\$ 688,75	R\$ 742,89	R\$ 861,28	R\$ 1.051,64	R\$ 1.136,08	R\$ 1.230,61	R\$ 1.390,39	R\$ 1.548,34	R\$ 1.666,63	R\$ 1.780,13	R\$ 1.854,36	R\$ 2.092,46	R\$ 2.092,46	R\$ 2.788,08
25	R\$ 593,75	R\$ 640,42	R\$ 742,48	R\$ 906,59	R\$ 979,38	R\$ 1.060,87	R\$ 1.198,61	R\$ 1.334,78	R\$ 1.436,75	R\$ 1.534,59	R\$ 1.598,59	R\$ 1.803,84	R\$ 1.803,84	R\$ 2.403,52
24	R\$ 570,00	R\$ 614,80	R\$ 712,78	R\$ 870,32	R\$ 940,20	R\$ 1.018,43	R\$ 1.150,67	R\$ 1.281,38	R\$ 1.379,28	R\$ 1.473,21	R\$ 1.534,64	R\$ 1.731,69	R\$ 1.731,69	R\$ 2.307,38
22,5	R\$ 534,38	R\$ 576,38	R\$ 668,23	R\$ 815,93	R\$ 881,44	R\$ 954,78	R\$ 1.078,75	R\$ 1.201,30	R\$ 1.293,08	R\$ 1.381,13	R\$ 1.438,73	R\$ 1.623,46	R\$ 1.623,46	R\$ 2.163,17
22	R\$ 522,50	R\$ 563,57	R\$ 653,38	R\$ 797,80	R\$ 861,85	R\$ 933,56	R\$ 1.054,78	R\$ 1.174,60	R\$ 1.264,34	R\$ 1.350,44	R\$ 1.406,76	R\$ 1.587,38	R\$ 1.587,38	R\$ 2.115,10
20	R\$ 475,00	R\$ 512,34	R\$ 593,99	R\$ 725,27	R\$ 783,50	R\$ 848,70	R\$ 958,89	R\$ 1.067,82	R\$ 1.149,40	R\$ 1.227,68	R\$ 1.278,87	R\$ 1.443,08	R\$ 1.443,08	R\$ 1.922,82
16	R\$ 380,00	R\$ 409,87	R\$ 475,19	R\$ 580,22	R\$ 626,80	R\$ 678,96	R\$ 767,11	R\$ 854,26	R\$ 919,52	R\$ 982,14	R\$ 1.023,10	R\$ 1.154,46	R\$ 1.154,46	R\$ 1.538,25

2 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm)

3 <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>

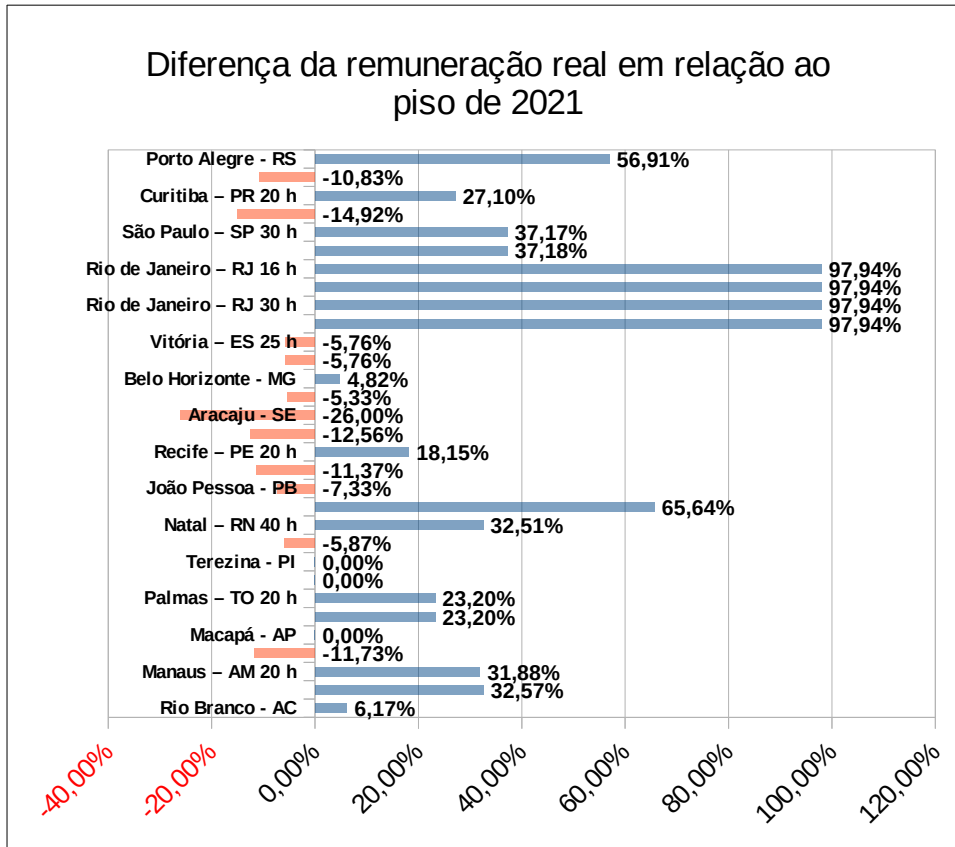
## 2.2) Análise do piso salarial nas capitais estaduais

Nesse item, apresentamos a remuneração base para o nível mínimo da carreira em todas as capitais do Brasil, considerando apenas a carreira em vigor, já que muitas capitais já não admitem mais concursos para profissionais de nível médio. É indicada a carga horária da contratação. Quando existirem mais de uma carga horária, são indicados os valores correspondentes.

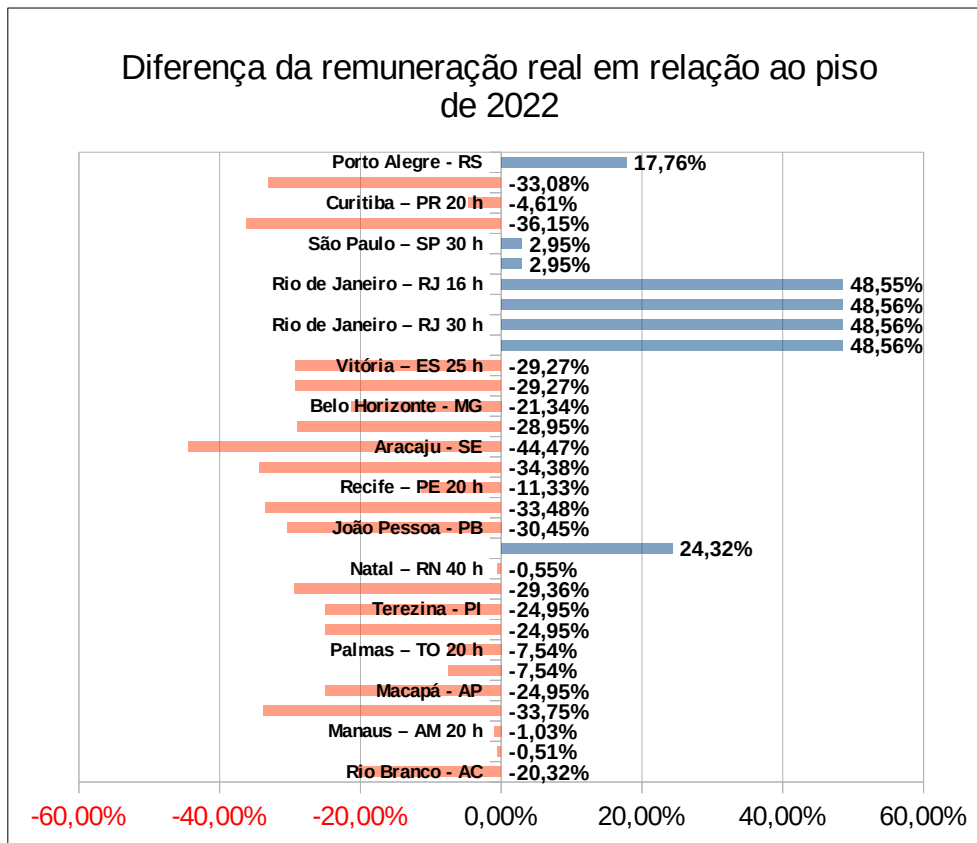
Nesses casos, as fontes são diversas. Privilegiamos os diários oficiais dos respectivos municípios, no entanto, quando o documento não foi encontrado, utilizamos também o Portal Transparência e declarações públicas dos entes responsáveis. Foram identificados 22 capitais. Apenas não encontramos informações para os municípios de Campo Grande – MS, Cuiabá – MT, Goiânia – GO e Belém – PA. Na maior parte dos casos, os municípios em questão encontram-se em negociação em relação ao recente reajuste do Piso. Ao final, atualizaremos as informações de que dispomos a esse respeito. Como houve congelamento do piso em 2021, alguns desses valores estão em vigor desde 2020 e, em alguns poucos casos, desde 2019.

<b>Município</b>	<b>Carga Horária (h)</b>	<b>PISO</b>
<b>Rio Branco - AC</b>	25	R\$ 1.915,20
<b>Manaus - AM</b>	40	R\$ 3.826,13
	20	R\$ 1.903,06
<b>Boa Vista - RR</b>		
<b>Porto Velho</b>	40	R\$ 2.547,74
<b>Palmas - TO</b>	40	R\$ 3.555,80
	20	R\$ 1.777,90
<b>São Luís - MA</b>	40	R\$ 2.886,24
<b>Terezina - PI</b>	40	R\$ 2.886,24
<b>Fortaleza - CE</b>	40	R\$ 2.716,73
<b>Natal - RN</b>	40	R\$ 3.824,57
	20	R\$ 2.390,37
<b>João Pessoa - PB</b>	30	R\$ 2.006,00
<b>Recife - PE</b>	29	R\$ 1.854,55
	20	R\$ 1.705,00
<b>Maceió - AL</b>	20	R\$ 1.261,80
<b>Aracaju - SE</b>	40	R\$ 2.135,64
<b>Salvador - BA</b>	20	R\$ 1.366,16
<b>Belo Horizonte - MG</b>	22,5	R\$ 1.701,63
<b>Vitória - ES</b>	40	R\$ 2.720,00
	25	R\$ 1.700,00
<b>Rio de Janeiro - RJ</b>	40	R\$ 5.712,91
	30	R\$ 4.284,67
	22,5	R\$ 3.213,52
	16	R\$ 2.285,15
<b>São Paulo - SP</b>	40	R\$ 3.959,08
	30	R\$ 2.969,20
<b>Curitiba - PR</b>	40	R\$ 2.455,51
	20	R\$ 1.834,09
<b>Florianópolis - SC</b>	40	R\$ 2.573,48
<b>Porto Alegre - RS</b>	20	R\$ 2.264,31
<b>Macapá - AP</b>	40	R\$ 2.886,24

A diferença da remuneração real e aquela do piso, considerando a proporcionalidade, é a seguinte para o ano de 2021.



Considerando o reajuste do piso de 2022, a situação é a seguinte:



## RESUMO

### Considerando o piso em vigor em 2021:

Cumprem o piso segundo o critério da proporcionalidade: 12 municípios

Não cumprem o piso segundo o critério da proporcionalidade: 10 municípios

### Considerando o piso em vigor em 2022:

Cumprem o piso segundo o critério da proporcionalidade: 3 municípios

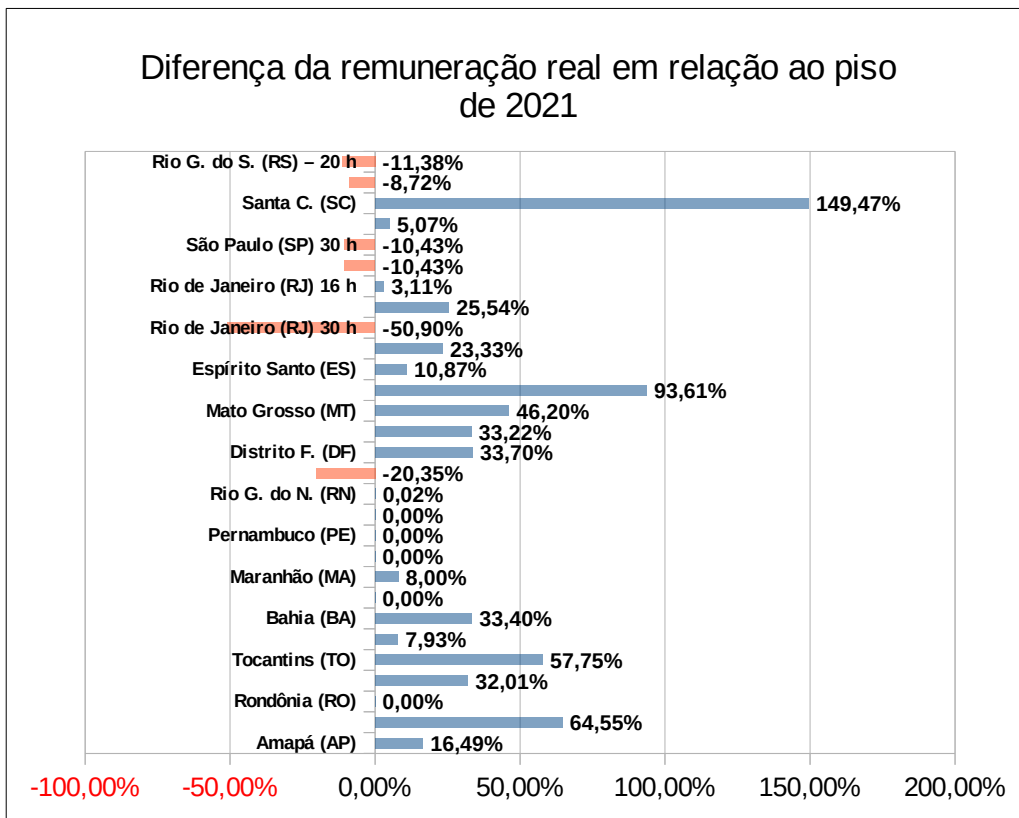
Não cumprem o piso segundo o critério da proporcionalidade: 19 municípios

## 2.3) Análise do piso salarial nos estados

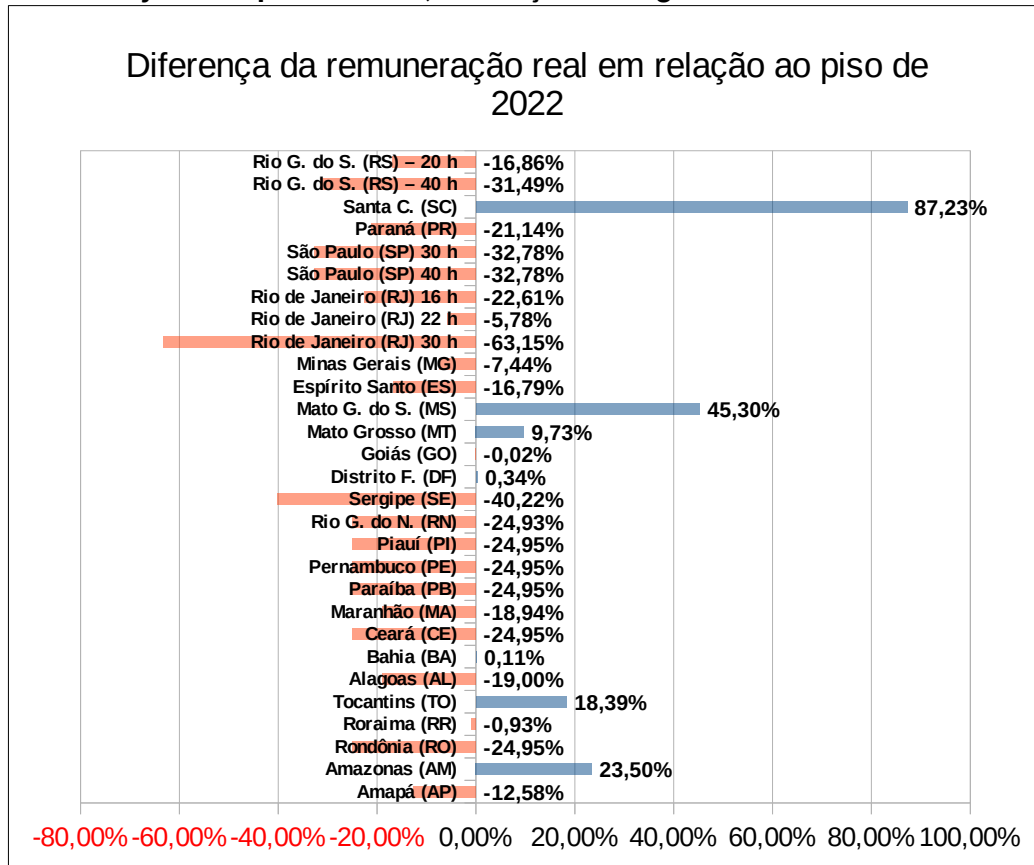
Seguindo os mesmos critérios adotados em relação aos municípios, contemplados no item anterior, apresentamos a carga horária e a remuneração base em todos os Estados identificados. Não foram encontrados fontes apenas para dois estados dos 27 que compõem a federação: Acre e Pará.

Município	Carga Horária (h)	PISO
Amapá (AP)	40	R\$ 3.362,03
Amazonas (AM)	20	R\$ 2.374,62
Rondônia (RO)	40	R\$ 2.886,24
Roraima (RR)	40	R\$ 3.809,92
Tocantins (TO)	40	R\$ 4.553,02
Alagoas (AL)	40	R\$ 3.115,00
Bahia (BA)	40	R\$ 3.850,00
Ceará (CE)	40	R\$ 2.886,24
Maranhão (MA)	20	R\$ 1.558,56
Paraíba (PB)	30	R\$ 2.164,59
Pernambuco (PE)	40	R\$ 2.886,15
Piauí (PI)	40	R\$ 2.886,24
Rio G. do N. (RN)	30	R\$ 2.165,12
Sergipe (SE)	40	R\$ 2.298,80
Distrito F. (DF)	40	R\$ 3.858,87
Goiás (GO)	40	R\$ 3.845,00
Mato Grosso (MT)	30	R\$ 3.164,76
Mato G. do S. (MS)	20	R\$ 2.793,88
Espírito Santo (ES)	25	R\$ 2.000,00
Minas Gerais (MG)	24	R\$ 2.135,64
Rio de Janeiro (RJ)	30	R\$ 1.062,85
	22	R\$ 1.992,84
	16	R\$ 1.190,40
São Paulo (SP)	40	R\$ 2.585,01
	30	R\$ 1.938,75
Paraná (PR)	22	R\$ 1.667,90
Santa C. (SC)	20	R\$ 3.600,00
Rio G. do S. (RS)	40	R\$ 2.634,48
	20	R\$ 1.278,87

A diferença da remuneração real e aquela do piso, considerando a proporcionalidade, é a seguinte para o ano de 2021.



Considerando o reajuste do piso de 2022, a situação é a seguinte:



## RESUMO

### Considerando o piso em vigor em 2021:

Cumprem o piso segundo o critério da proporcionalidade: 21 estados

Não cumprem o piso segundo o critério da proporcionalidade: 4 estados

### Considerando o piso em vigor em 2022:

Cumprem o piso segundo o critério da proporcionalidade: 6 estados

Não cumprem o piso segundo o critério da proporcionalidade: 19 estados

## 3 – DETALHAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM TODAS AS CAPITALS

A análise que se segue engloba a totalidade das capitais brasileiras, com exceção de Goiânia – GO e Maceió – AL. Estas duas capitais declaram de modo equivocado seus profissionais do magistério no setor público municipal, impedindo que as informações relativas a esses municípios sejam capturadas em nossas pesquisas.

No primeiro item deste Estudo, consideramos os dados globais que abrangem todas as capitais. No item seguinte, eles são considerados individualmente.

### 3.1) Análise geral das capitais brasileiras

Inicialmente, apresentamos a divisão do setor em todas as capitais brasileiras em conformidade com o tempo de emprego. Pela RAIS, não é possível obter o nível das respectivas carreiras em que se encontra cada professor da rede pública municipal, até porque tais carreiras variam de modo significativo de município para município. É possível, no entanto, avaliar as diferenças salariais oriundas dos profissionais com tempos distintos de emprego.

Nosso objetivo, nessa análise, é identificar alterações nos planos de carreira com possíveis implicações salariais a partir do tempo de emprego. Vamos aos dados:

DIVISÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE POR FAIXA DE TEMPO DE EMPREGO																				
Tempo Emprego	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
Ate 2,9 meses	1.844	1.485	631	1.114	1.168	2.119	2.674	1.489	2.025	1.497	1.495	1.931	1.583	790	2.451	1.808	2.701	879		
3,0 a 5,9 meses	3.955	2.613	2.267	1.557	2.154	5.785	3.985	2.786	5.066	6.088	3.720	4.907	4.553	2.842	3.503	3.595	2.719	1.989		
6,0 a 11,9 meses	7.488	4.895	4.657	7.458	5.074	9.497	7.541	5.903	11.554	15.134	8.422	13.654	9.798	10.125	8.880	10.860	6.769	11.082		
1 a 2 anos	12.612	12.846	8.989	6.845	10.806	6.500	17.761	6.750	17.552	16.810	15.861	11.208	15.584	15.242	11.739	11.384	13.883	10.793		
2 a 3 anos	4.633	12.614	10.666	7.242	8.725	9.990	5.405	9.512	9.098	15.356	15.342	16.930	9.525	14.069	12.005	10.862	9.429	10.221		
3 a 5 anos	13.463	15.116	19.910	20.703	17.057	16.359	20.229	9.844	18.880	22.075	20.617	28.095	30.442	26.518	21.708	23.239	21.002	18.865		
5 a 10 anos	27.120	26.673	26.502	28.539	33.874	42.827	43.622	28.232	50.066	40.538	44.000	41.551	45.020	49.500	61.445	56.661	61.071	59.458		
Mais de 10 anos	70.072	72.506	79.249	81.663	86.107	85.862	88.920	58.591	94.882	97.595	95.031	98.870	100.290	106.418	101.649	107.599	109.267	116.959		
<b>Total</b>	<b>141.191</b>	<b>148.753</b>	<b>152.872</b>	<b>155.121</b>	<b>164.967</b>	<b>178.941</b>	<b>190.138</b>	<b>123.109</b>	<b>209.125</b>	<b>215.095</b>	<b>204.488</b>	<b>217.146</b>	<b>216.798</b>	<b>225.508</b>	<b>223.390</b>	<b>226.019</b>	<b>226.853</b>	<b>230.260</b>		
PERCENTUAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO POR FAIXA DE TEMPO DE EMPREGO																				
Tempo Emprego	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
Ate 2,9 meses	1,31%	1,00%	0,41%	0,72%	0,71%	1,18%	1,41%	1,21%	0,97%	0,70%	0,73%	0,89%	0,73%	0,35%	1,10%	0,80%	1,19%	0,38%		
3,0 a 5,9 meses	2,80%	1,76%	1,48%	1,00%	1,31%	3,23%	2,10%	2,26%	2,42%	2,83%	1,82%	2,26%	2,10%	1,26%	1,57%	1,59%	1,20%	0,86%		
6,0 a 11,9 meses	5,30%	3,29%	3,05%	4,81%	3,08%	5,31%	3,97%	4,79%	5,52%	7,04%	4,12%	6,29%	4,52%	4,49%	3,98%	4,80%	2,98%	4,81%		
1 a 2 anos	8,93%	8,64%	5,88%	4,41%	6,55%	3,63%	9,34%	5,48%	8,39%	7,82%	7,76%	5,16%	7,19%	6,76%	5,25%	5,04%	6,12%	4,69%		
2 a 3 anos	3,28%	8,48%	6,98%	4,67%	5,29%	5,58%	2,84%	7,73%	4,35%	7,14%	7,50%	7,80%	4,39%	6,24%	5,37%	4,81%	4,16%	4,44%		
3 a 5 anos	9,54%	10,16%	13,02%	13,35%	10,34%	9,14%	10,64%	8,00%	9,03%	10,26%	10,08%	12,94%	14,04%	11,76%	9,72%	10,28%	9,26%	8,19%		
5 a 10 anos	19,21%	17,93%	17,34%	18,40%	20,53%	23,93%	22,94%	23,94%	18,85%	21,52%	21,52%	19,14%	20,77%	21,95%	27,51%	25,07%	26,92%	25,82%		
Mais de 10 anos	49,63%	48,74%	51,84%	52,64%	52,20%	47,98%	46,77%	47,59%	45,37%	45,37%	46,47%	45,53%	46,26%	47,19%	45,50%	47,61%	48,17%	50,79%		
REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO POR FAIXA DE TEMPO DE EMPREGO																				
Tempo Emprego	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
Ate 2,9 meses	R\$ 797	R\$ 984	R\$ 975	R\$ 967	R\$ 1.456	R\$ 1.024	R\$ 1.316	R\$ 1.553	R\$ 1.578	R\$ 1.902	R\$ 2.159	R\$ 2.779	R\$ 2.633	R\$ 3.754	R\$ 2.809	R\$ 3.343	R\$ 2.957	R\$ 2.714		
3,0 a 5,9 meses	R\$ 752	R\$ 903	R\$ 855	R\$ 1.079	R\$ 1.042	R\$ 1.388	R\$ 1.299	R\$ 1.633	R\$ 1.604	R\$ 1.876	R\$ 2.343	R\$ 2.388	R\$ 2.691	R\$ 3.702	R\$ 2.843	R\$ 3.181	R\$ 2.914	R\$ 2.807		
6,0 a 11,9 meses	R\$ 762	R\$ 805	R\$ 969	R\$ 1.019	R\$ 1.124	R\$ 1.419	R\$ 1.370	R\$ 1.514	R\$ 1.602	R\$ 1.884	R\$ 2.175	R\$ 2.266	R\$ 2.562	R\$ 3.462	R\$ 3.030	R\$ 2.966	R\$ 3.230	R\$ 3.156		
1 a 2 anos	R\$ 821	R\$ 964	R\$ 981	R\$ 1.159	R\$ 1.243	R\$ 1.457	R\$ 1.449	R\$ 1.402	R\$ 1.920	R\$ 1.807	R\$ 2.141	R\$ 2.625	R\$ 2.579	R\$ 2.983	R\$ 3.941	R\$ 3.294	R\$ 3.506	R\$ 3.246		
2 a 3 anos	R\$ 844	R\$ 1.012	R\$ 1.080	R\$ 1.202	R\$ 1.302	R\$ 1.587	R\$ 1.576	R\$ 1.393	R\$ 1.887	R\$ 2.200	R\$ 1.956	R\$ 2.636	R\$ 3.038	R\$ 2.923	R\$ 3.338	R\$ 4.218	R\$ 3.669	R\$ 3.858		
3 a 5 anos	R\$ 1.094	R\$ 1.072	R\$ 1.104	R\$ 1.389	R\$ 1.473	R\$ 1.615	R\$ 1.693	R\$ 1.793	R\$ 1.963	R\$ 2.179	R\$ 2.304	R\$ 2.570	R\$ 2.901	R\$ 3.385	R\$ 3.435	R\$ 3.568	R\$ 4.348	R\$ 4.532		
5 a 10 anos	R\$ 1.445	R\$ 1.591	R\$ 1.629	R\$ 1.664	R\$ 1.738	R\$ 1.861	R\$ 1.936	R\$ 2.038	R\$ 2.352	R\$ 2.607	R\$ 2.742	R\$ 3.129	R\$ 3.358	R\$ 3.564	R\$ 3.836	R\$ 4.101	R\$ 4.410	R\$ 4.627		
Mais de 10 anos	R\$ 1.687	R\$ 1.942	R\$ 2.092	R\$ 2.332	R\$ 2.594	R\$ 2.892	R\$ 3.077	R\$ 3.007	R\$ 3.643	R\$ 4.003	R\$ 4.303	R\$ 4.751	R\$ 5.098	R\$ 5.438	R\$ 5.751	R\$ 5.966	R\$ 6.355	R\$ 6.597		

Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Desde que a Lei do Piso Salarial foi aprovado, em 2009, é possível notar uma tendência de queda do total de profissionais empregados no período mais recente, isto é, até 5 anos. Por exemplo, o percentual de trabalhadores entre 1 e 2 anos de emprego representava 9,34% do setor em 2009. Esse número seguiu com uma tendência de queda até 4,69% em 2020. Ao mesmo tempo, o total de profissionais, em cada ano, empregados há mais de 10 anos, oscilou entre 50 e 45%. Seguiu, por outro lado, uma tendência de crescimento o total de trabalhadores empregados entre 5 e 10 anos. Esses dados permitem apenas uma conclusão: **a maior parte dos ingressos na educação pública municipal se deu nos anos imediatamente anteriores a aprovação da Lei do Piso.**

O que mais nos interessa, no entanto, nessa análise, é ver a oscilação salarial entre os distintos tempos de emprego. Para essa avaliação usamos o seguinte critério: assumimos como base o salário médio dos profissionais com mais de 10 anos de emprego. Em seguida, calculamos o

percentual que representa a remuneração das demais faixas de tempo de emprego em relação aos profissionais empregados há mais de 10 anos. Vejamos:

Tempo Emprego	DIFERENÇA DA REMUNERAÇÃO EM RELAÇÃO À MÉDIA SALARIAL DOS PROFISSIONAIS COM 10 ANOS OU MAIS DE EMPREGO																		
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Até 2 9 meses	47,24%	50,65%	46,60%	41,48%	56,15%	35,42%	42,75%	51,63%	43,32%	47,53%	50,17%	55,50%	51,65%	69,03%	48,95%	56,04%	46,53%	41,14%	
3,0 a 5,9 meses	44,55%	46,52%	40,87%	46,27%	40,18%	48,00%	42,21%	54,30%	44,04%	46,86%	54,44%	50,26%	52,79%	68,07%	49,44%	53,33%	45,86%	42,55%	
6,0 a 11,9 meses	45,17%	41,46%	46,34%	43,69%	43,34%	49,05%	44,52%	50,35%	43,99%	47,07%	50,54%	47,68%	50,25%	63,66%	52,68%	49,72%	50,83%	47,83%	
1 a 2 anos	48,68%	49,61%	46,89%	49,69%	47,92%	50,38%	47,09%	46,63%	52,71%	45,15%	49,75%	55,25%	50,59%	54,86%	68,53%	55,22%	55,17%	49,20%	
2 a 3 anos	50,01%	52,11%	51,61%	51,56%	50,21%	54,88%	51,21%	46,32%	51,79%	54,97%	45,46%	55,48%	59,60%	53,74%	58,04%	70,71%	57,73%	58,48%	
3 a 5 anos	64,87%	55,21%	52,80%	59,55%	56,80%	55,82%	55,00%	59,62%	53,89%	54,44%	53,55%	54,09%	56,91%	62,25%	59,73%	59,81%	68,41%	68,70%	
5 a 10 anos	85,64%	81,89%	77,87%	71,38%	67,01%	64,33%	62,91%	67,77%	64,56%	65,14%	63,71%	65,86%	65,87%	65,54%	66,70%	68,75%	69,40%	70,14%	
Mais de 10 anos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Dois aspectos fundamentais podem ser notados nesses números:

- ✓ Não houve necessariamente uma tendência de elevação das diferenças salariais entre os profissionais recém-ingressos (até três anos de tempo de emprego) e aqueles com mais de 10 anos. Nossa hipótese para explicar esses números é que, apesar de algumas oscilações, a elevação salarial produzida pela carreira e gratificações nos trabalhadores com mais de 10 anos de emprego foram similares a elevação salarial impulsionada pelo Piso para os trabalhadores com menos de 3 anos de tempo de emprego. **A carreira, transforma-se, assim, em mero mecanismo de REAJUSTE salarial.**
- ✓ Já no caso dos trabalhadores entre 3 e 10 anos e aqueles com mais de 10 anos de tempo de trabalho houve, desde a aprovação da Lei do Piso em 2009 (justamente nessa data), uma notória redução na diferença salarial entre ambos. Este número indica a redução dos ganhos propiciados pela carreira em todos esses trabalhadores com mais de 10 anos de tempo de trabalho, simplesmente metade dos trabalhadores do setor.

**Dados apontam para a hipótese de que, desde a aprovação da Lei do Piso, as carreiras estão se convertendo em meros mecanismos de reajustes salarial.**

Por fim, apresentamos a divisão do setor, em todas as capitais brasileiras, em termos de carga horária de trabalho.

Faixa Hora Contrat	DIVISÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DAS CAPITAIS BRASILEIRAS POR CARGA HORÁRIA																		
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Até 12 horas	369	344	254	194	327	399	460	483	491	555	498	306	415	269	847	718	356	26	
13 a 15 horas	12	34	35	38	38	20	2	3	3	8	0	7	16	5	14	12	5	6	
16 a 20 horas	26.700	24.873	37.760	38.297	39.377	33.429	33.556	34.521	38.650	42.429	39.614	37.420	36.816	35.602	23.090	23.941	25.874	27.192	
21 a 30 horas	17.278	23.954	48.095	52.285	59.266	93.126	101.188	54.545	106.161	108.645	104.622	109.796	105.467	106.136	87.928	89.212	90.584	88.264	
31 a 40 horas	90.810	91.333	59.989	57.208	58.136	43.256	46.775	24.897	60.444	53.826	54.056	60.563	65.011	73.255	100.689	100.808	99.080	104.084	
41 a 44 horas	6.022	8.215	6.739	7.099	7.823	8.711	8.157	8.660	3.376	9.632	5.698	9.054	9.073	10.241	10.822	11.328	10.954	10.688	
Total	141.191	148.753	152.872	155.121	164.967	178.941	190.138	123.109	209.125	215.095	204.488	217.146	216.798	225.508	223.390	226.019	226.853	230.260	
Faixa Hora Contrat	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Até 12 horas	0,26%	0,23%	0,17%	0,13%	0,20%	0,22%	0,24%	0,39%	0,23%	0,26%	0,24%	0,14%	0,19%	0,12%	0,38%	0,32%	0,16%	0,01%	
13 a 15 horas	0,01%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	
16 a 20 horas	18,91%	16,72%	24,70%	24,69%	23,87%	18,68%	17,65%	28,04%	18,48%	19,73%	19,37%	17,23%	16,98%	15,79%	10,34%	10,59%	11,41%	11,81%	
21 a 30 horas	12,24%	16,10%	31,46%	33,71%	35,93%	52,04%	53,22%	44,31%	50,76%	50,51%	51,16%	50,56%	48,65%	47,07%	39,36%	39,47%	39,93%	38,33%	
31 a 40 horas	64,32%	61,40%	39,24%	36,88%	35,24%	24,17%	24,60%	20,22%	28,90%	25,02%	26,43%	27,89%	29,99%	32,48%	45,07%	44,60%	43,68%	45,20%	
41 a 44 horas	4,27%	5,52%	4,41%	4,58%	4,74%	4,87%	4,29%	7,03%	1,61%	4,48%	2,79%	4,17%	4,19%	4,54%	4,84%	5,01%	4,83%	4,64%	

Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Também nesse caso, desde a aprovação da Lei do Piso em 2009, vemos uma clara predominância da faixa hora de contratação entre 31 e 40 horas, o que, regra geral, representa 40 horas de trabalho. A lei do piso tem generalizado as carreiras com 40 horas de trabalho. Estas passaram de 20,22% do total de contratados em 2010 para 45,2% em 2020, com um salto em 2017.

**Desde a aprovação da Lei do Piso, veem se elevando o percentual do setor com uma carga horária de 40 horas semanais.**



Por último, apresentamos a divisão dos profissionais do magistério em todas as capitais brasileiras em conformidade com suas respectivas formações.

Profissionais do magistério por escolaridade													
Escolaridade Agreg após 2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Até 5ª Incompleto	55	59	34	51	38	58	24	71	7	64	43	11	63
5ª Completo Fundamental	310	244	45	198	143	122	132	51	39	48	37	32	32
6ª a 9ª Fundamental	179	470	195	181	136	119	103	75	131	127	107	25	27
Fundamental Completo	1.692	1.583	1.101	632	550	764	490	444	386	396	374	342	386
Médio Incompleto	454	866	460	404	400	424	374	330	304	264	214	146	173
Médio Completo	26.803	30.418	30.859	33.061	34.469	28.925	23.500	24.031	24.248	23.712	22.159	20.660	20.075
Superior Incompleto	4.045	4.712	5.297	5.794	6.386	5.889	5.393	5.328	5.281	5.165	4.845	4.311	4.060
Superior Completo	121.583	126.615	140.950	149.817	166.991	178.794	174.472	186.468	195.112	193.614	198.240	200.836	204.608
Total	155.121	164.967	178.941	190.138	209.125	215.095	204.488	216.798	225.508	223.390	226.019	226.853	230.260
Escolaridade Agreg após 2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Até 5ª Incompleto	0,04%	0,04%	0,02%	0,03%	0,02%	0,03%	0,01%	0,03%	0,00%	0,03%	0,02%	0,00%	0,03%
5ª Completo Fundamental	0,20%	0,15%	0,03%	0,10%	0,07%	0,06%	0,06%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%
6ª a 9ª Fundamental	0,12%	0,28%	0,11%	0,10%	0,07%	0,06%	0,05%	0,03%	0,06%	0,06%	0,05%	0,01%	0,01%
Fundamental Completo	1,09%	0,96%	0,62%	0,33%	0,26%	0,36%	0,24%	0,20%	0,17%	0,18%	0,17%	0,15%	0,17%
Médio Incompleto	0,29%	0,52%	0,26%	0,21%	0,19%	0,20%	0,18%	0,15%	0,13%	0,12%	0,09%	0,06%	0,08%
Médio Completo	17,28%	18,44%	17,25%	17,39%	16,48%	13,45%	11,49%	11,08%	10,75%	10,61%	9,80%	9,11%	8,72%
Superior Incompleto	2,61%	2,86%	2,96%	3,05%	3,05%	2,74%	2,64%	2,46%	2,34%	2,31%	2,14%	1,90%	1,76%
Superior Completo	78,38%	76,75%	78,77%	78,79%	79,85%	83,12%	85,32%	86,01%	86,52%	86,67%	87,71%	88,53%	88,86%

Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

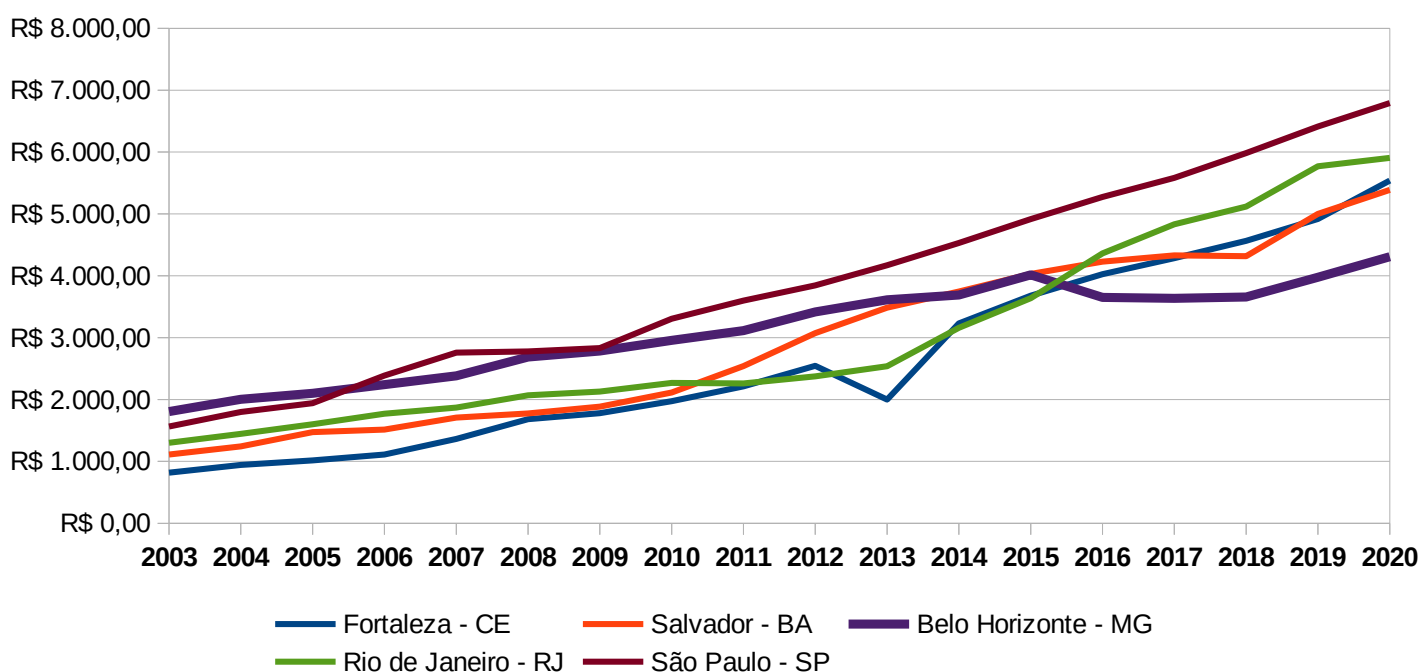
Vemos que a maior parte dos profissionais do magistério possuem ensino superior completo ao fim de 2020: 88,86%, percentual 10% maior do que 15 anos antes. Houve uma substituição significativa dos profissionais com nível médio – 17,28% em 2006 e 8,72% em 2020 – pelos profissionais com nível superior. Isto significa que o Piso Salarial da Educação, aplicável aos profissionais com nível médio, incide, ou ao menos deveria incidir, sobre um percentual do setor inferior a 10%. Os demais deveria receber um piso superior a este. Os dados então disponíveis mostram que esse, via de regra, não é o caso.

## 4 – DETALHAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM BELO HORIZONTE

A seguir, analisamos alguns dados específicos de Belo Horizonte conforme a RAIS, seguindo os mesmos critérios indicados nos itens anteriores. Aqui, queremos colocar em relevo especificidades que julgamos relevantes a respeito da capital mineira.

Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar que as perdas salariais em Belo Horizonte superam em muito aquelas verificadas nas maiores capitais do Brasil. A seguir apresentamos a evolução salarial nominal dos professores da rede municipal de Belo Horizonte, cujos valores nominais já foram apresentados na página 17 do capítulo anterior deste Estudo. Nesse caso, consideramos os 5 maiores municípios do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza e Belo Horizonte.

Remuneração média nominal das maiores capitais do Brasil (em reais)



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, até 2005, Belo Horizonte possuía a melhor remuneração média de todos esses 5 municípios considerados para os professores da educação pública municipal. Até 2012, manteve-se em segundo lugar, atrás apenas de São Paulo. A partir de 2015, no entanto, houve um retrocesso absoluto nessa remuneração média fazendo com que Belo Horizonte tenha, desde 2016, a mais baixa remuneração média entre os municípios acima indicados.

**Belo Horizonte possui, desde 2016, a mais baixa remuneração média entre as 5 maiores capitais estaduais do Brasil.**

Para um exame mais metuculoso das variações associadas a carreira no município de Belo Horizonte, aplicamos o mesmo critério utilizado para os dados de todas as capitais no item 1 do capítulo anterior (páginas 15 e 16). São apresentados o total de trabalhadores e a remuneração

conforme a faixa de tempo de emprego. Na última tabela, tomamos a faixa de remuneração dos trabalhadores com mais de 10 anos de emprego como base para analisar a evolução salarial com o tempo de emprego, em que incide os níveis da carreira.

Divisão dos profissionais do magistério na Educação Municipal de Belo Horizonte por Faixa de Tempo de Emprego																		
Tempo Emprego	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ate 2,9 meses	20	83	15	102	41	4	128	169	64	181	61	326	207	35	407	74	242	0
3,0 a 5,9 meses	132	294	93	253	223	226	76	404	303	479	385	698	575	81	246	295	193	3
6,0 a 11,9 meses	332	396	560	175	175	683	427	86	332	764	355	908	474	346	312	74	66	14
1 a 2 anos	507	476	741	740	519	452	1.217	594	622	681	1.415	756	1.419	1.662	543	995	435	495
2 a 3 anos	297	486	458	733	687	509	444	1.171	565	581	656	1.358	464	1.896	1.604	526	956	409
3 a 5 anos	726	556	738	908	1.118	1.316	1.139	901	1.544	1.623	1.083	1.183	1.391	2.060	2.553	3.363	2.040	1.439
5 a 10 anos	2.053	1.809	1.305	1.340	1.405	1.718	2.025	2.386	2.574	2.483	3.093	2.936	1.899	3.002	3.926	3.629	4.869	5.759
Mais de 10 anos	6.163	6.442	6.974	6.254	6.352	6.651	7.022	6.897	6.901	6.876	6.869	6.808	5.129	6.528	6.809	7.317	6.940	6.795
Total	10.230	10.542	10.884	10.505	10.522	11.559	12.478	12.609	12.805	13.669	13.917	14.973	11.558	15.610	16.401	16.274	15.742	14.914

Percentual dos profissionais do magistério por Faixa de Tempo de Emprego																		
Tempo Emprego	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ate 2,9 meses	0,20%	0,79%	0,14%	0,97%	0,39%	0,03%	1,03%	1,34%	0,50%	1,32%	0,44%	2,18%	1,79%	0,22%	2,48%	0,45%	1,54%	0,00%
3,0 a 5,9 meses	1,29%	2,79%	0,85%	2,41%	2,12%	1,96%	0,61%	3,20%	2,37%	3,50%	2,77%	4,66%	4,97%	0,52%	1,50%	1,81%	1,23%	0,02%
6,0 a 11,9 meses	3,25%	3,76%	5,15%	1,67%	1,66%	5,91%	3,42%	0,68%	2,59%	5,59%	2,55%	6,06%	4,10%	2,22%	1,90%	0,45%	0,42%	0,09%
1 a 2 anos	4,96%	4,52%	6,81%	7,04%	4,93%	3,91%	9,75%	4,71%	4,86%	4,98%	10,17%	5,05%	12,28%	10,65%	3,31%	6,11%	2,76%	3,32%
2 a 3 anos	2,90%	4,61%	4,21%	6,98%	6,53%	4,40%	3,56%	9,29%	4,41%	4,25%	4,71%	9,07%	4,01%	12,15%	12,59%	3,23%	2,67%	2,74%
3 a 5 anos	7,10%	5,27%	6,78%	8,64%	10,63%	11,39%	9,13%	7,15%	12,06%	11,87%	7,78%	7,90%	12,03%	13,20%	15,57%	20,66%	12,96%	9,65%
5 a 10 anos	20,07%	17,16%	11,99%	12,76%	13,35%	14,86%	16,23%	18,92%	20,10%	18,17%	22,22%	19,61%	16,43%	19,23%	23,94%	22,30%	30,93%	38,61%
Mais de 10 anos	60,24%	61,11%	64,08%	59,53%	60,37%	57,54%	56,28%	54,70%	53,11%	50,30%	49,36%	45,47%	44,38%	41,82%	41,52%	44,96%	44,09%	45,56%

Remuneração dos profissionais do magistério por Faixa de Tempo de Emprego																		
Tempo Emprego	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ate 2,9 meses	R\$ 908	R\$ 534	R\$ 626	R\$ 774	R\$ 770	R\$ 1.721	R\$ 1.088	R\$ 1.680	R\$ 1.675	R\$ 1.838	R\$ 1.934	R\$ 1.953	R\$ 1.618	R\$ 2.024	R\$ 1.567	R\$ 2.205	R\$ 2.240	R\$ 0
3,0 a 5,9 meses	R\$ 934	R\$ 563	R\$ 831	R\$ 1.242	R\$ 1.089	R\$ 1.403	R\$ 908	R\$ 1.615	R\$ 1.728	R\$ 1.651	R\$ 1.925	R\$ 1.997	R\$ 2.067	R\$ 2.055	R\$ 2.187	R\$ 2.348	R\$ 2.353	R\$ 2.888
6,0 a 11,9 meses	R\$ 951	R\$ 1.050	R\$ 631	R\$ 1.157	R\$ 654	R\$ 1.411	R\$ 1.417	R\$ 1.162	R\$ 1.545	R\$ 1.757	R\$ 1.710	R\$ 1.784	R\$ 1.986	R\$ 2.043	R\$ 1.771	R\$ 2.347	R\$ 2.467	R\$ 2.469
1 a 2 anos	R\$ 1.081	R\$ 1.169	R\$ 966	R\$ 930	R\$ 1.235	R\$ 1.129	R\$ 1.426	R\$ 1.503	R\$ 1.738	R\$ 1.910	R\$ 1.990	R\$ 1.956	R\$ 1.961	R\$ 1.966	R\$ 2.137	R\$ 1.974	R\$ 2.644	R\$ 2.565
2 a 3 anos	R\$ 1.179	R\$ 1.242	R\$ 1.366	R\$ 1.185	R\$ 877	R\$ 1.494	R\$ 1.229	R\$ 1.610	R\$ 1.667	R\$ 2.056	R\$ 2.095	R\$ 2.284	R\$ 2.235	R\$ 2.009	R\$ 2.111	R\$ 2.236	R\$ 2.301	R\$ 2.756
3 a 5 anos	R\$ 1.315	R\$ 1.438	R\$ 1.467	R\$ 1.655	R\$ 1.391	R\$ 1.296	R\$ 1.427	R\$ 1.656	R\$ 1.760	R\$ 2.161	R\$ 2.262	R\$ 2.484	R\$ 2.627	R\$ 2.413	R\$ 2.256	R\$ 2.251	R\$ 2.620	R\$ 2.691
5 a 10 anos	R\$ 1.525	R\$ 1.724	R\$ 1.822	R\$ 1.992	R\$ 1.964	R\$ 2.254	R\$ 2.205	R\$ 2.113	R\$ 2.258	R\$ 2.461	R\$ 2.500	R\$ 2.691	R\$ 3.242	R\$ 2.955	R\$ 2.971	R\$ 2.980	R\$ 3.135	R\$ 3.421
Mais de 10 anos	R\$ 2.111	R\$ 2.395	R\$ 2.526	R\$ 2.754	R\$ 3.009	R\$ 3.447	R\$ 3.636	R\$ 3.905	R\$ 4.143	R\$ 4.666	R\$ 5.014	R\$ 5.313	R\$ 5.908	R\$ 5.380	R\$ 5.311	R\$ 5.051	R\$ 5.397	R\$ 5.628

Diferença da remuneração em relação à média salarial dos profissionais com 10 anos ou mais de emprego																		
Tempo Emprego	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ate 2,9 meses	38,29%	22,31%	24,77%	28,10%	25,59%	49,93%	29,92%	43,01%	40,42%	39,40%	38,57%	36,76%	27,39%	37,63%	29,51%	43,66%	41,51%	0,00%
3,0 a 5,9 meses	44,22%	23,48%	32,90%	45,09%	36,18%	40,70%	24,96%	41,36%	41,70%	35,38%	38,39%	37,59%	34,99%	38,19%	41,18%	46,49%	43,60%	51,31%
6,0 a 11,9 meses	45,07%	43,82%	25,00%	41,99%	21,73%	40,95%	38,96%	29,77%	37,30%	37,66%	34,11%	33,58%	33,61%	37,97%	33,35%	46,46%	45,71%	43,87%
1 a 2 anos	51,20%	48,82%	38,25%	33,76%	41,04%	32,75%	39,78%	38,50%	41,95%	40,94%	39,68%	36,81%	33,20%	36,55%	40,24%	39,09%	48,98%	45,58%
2 a 3 anos	55,87%	51,83%	54,09%	43,01%	29,15%	43,35%	33,81%	41,23%	40,24%	44,07%	41,78%	42,98%	37,83%	37,33%	39,75%	44,27%	42,63%	48,97%
3 a 5 anos	62,27%	60,03%	58,07%	60,09%	46,23%	37,61%	39,24%	42,42%	42,49%	46,31%	45,11%	46,74%	44,47%	44,86%	40,59%	44,56%	48,53%	47,82%
5 a 10 anos	72,25%	71,99%	72,11%	72,32%	65,27%	65,39%	60,65%	54,12%	54,50%	52,75%	49,87%	50,64%	54,88%	54,92%	55,94%	58,99%	58,08%	60,80%
Mais de 10 anos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

No caso de Belo Horizonte, desde 2015, a diferença salarial entre todos os tempos de trabalho considerados evoluiu em relação aqueles trabalhadores com mais de 10 anos de carreira. Isto significa que o peso da carreira vem diminuindo sensivelmente nos últimos 5 anos.

**A diferença salarial por tempo de emprego reduz sensivelmente no caso dos professores da educação municipal de Belo Horizonte. Isto aponta para redução do impacto da carreira na remuneração.**

Para termos uma ideia, comparamos a média de remuneração por tempo de emprego em Belo Horizonte com àquela registrada em todas as capitais do Brasil. Um valor inferior a 100% significa que a média nacional das demais capitais do Brasil é mais elevada. Por exemplo, 80% significa que para aquela faixa de tempo de trabalho, a remuneração em Belo Horizonte corresponde a 80% da média nacional, 120% correspondendo a 20% mais que a média nacional.

MÉDIA SALARIAL DE BELO HORIZONTE POR TEMPO DE EMPREGO EM RELAÇÃO À MÉDIA DAS CAPITALS BRASILEIRAS																		
Tempo Emprego	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ate 2,9 meses	101,44%	54,33%	64,18%	80,02%	52,88%	168,00%	82,69%	108,18%	106,11%	96,64%	89,60%	70,27%	61,45%	53,93%	55,79%	65,96%	75,75%	0,00%
3,0 a 5,9 meses	124,24%	62,26%	97,20%	115,10%	104,48%	101,06%	69,86%	98,91%	107,68%	88,00%	82,17%	83,63%	76,81%	55,51%	76,92%	73,81%	80,75%	102,87%
6,0 a 11,9 meses	124,86%	130,35%	65,14%	113,53%	58,17%	99,49%	103,42%	76,79%	96,46%	93,26%	78,65%	78,76%	77,51%	59,00%	58,45%	79,12%	76,37%	78,24%
1 a 2 anos	131,61%	121,37%	98,53%	80,25%	99,38%	77,46%	99,80%	107,20%	90,51%	105,70%	92,95%	74,49%	76,06%	65,91%	54,23%	59,94%	75,41%	79,03%
2 a 3 anos	139,83%	122,67%	126,57%	98,53%	67,36%	94,13%	78,02%	115,58%	88,36%	93,46%	107,11%	86,65%	73,55%	68,73%	63,24%	53,01%	62,72%	71,44%
3 a 5 anos	120,14%	134,11%	132,83%	119,19%	94,42%	80,28%	84,29%	92,38%	89,67%	99,17%	98,18%	96,64%	90,56%	71,30%	62,75%	63,08%	60,25%	59,38%
5 a 10 anos	105,58%	108,42%	111,83%	119,67%	113,02%	121,14%	113,93%	103,69%	96,02%	94,40%	91,20%	85,99%	96,55%	82,91%	77,44%	72,65%	71,07%	73,94%
Mais de 10 anos	125,15%	123,33%	120,77%	118,12%	116,02%	119,17%	118,15%	129,85%	113,73%	116,57%	116,53%	111,83%	115,89%	98,94%	92,34%	84,67%	84,92%	85,31%

Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, apesar de muitas oscilações, a remuneração em Belo Horizonte segue uma tendência decrescente em relação as demais capitais do país. Destacamos o item que congrega os trabalhadores com mais de 10 anos de emprego, em que a tendência de queda desse índice é constante em todo o período investigado.

**A remuneração média por faixa de emprego na educação pública municipal de Belo Horizonte em relação à todas demais capitais do país reduz em todos os casos analisados, com maior impacto nos trabalhadores com maior tempo de trabalho.**

## 5 – ANÁLISE DAS CARREIRAS

Neste capítulo, fazemos considerações a respeito das carreiras dos profissionais do magistério da educação pública municipal do conjunto das capitais brasileiras.

No primeiro item, também baseado na RAIS, indicamos a tendência na variação da remuneração média em todas as capitais considerando os profissionais com mais de 10 anos de carreira e com menos de 10 anos de carreira.

No item seguinte, baseado na pesquisa caso a caso que apresentamos no capítulo 2 desse estudo, indicamos alguns casos específicos, bem como apontamentos a respeito das negociações em andamento diante do reajuste mais recente do Piso Salarial da Educação.

### 5.1) Impactos da carreira na remuneração: uma aproximação

Nesse caso, usamos um critério análogo ao utilizado em capítulos anteriores de modo a identificarmos os impactos da carreira na remuneração. De modo a permitir uma comparação entre todas as capitais consideradas neste Estudo, simplificamos o critério. O percentual na tabela que segue indica a diferença na remuneração entre o total dos trabalhadores empregados com mais de 10 anos de emprego contrapostos aqueles com mais de 10 anos de emprego.

Nossa hipótese é que reduções do impacto da carreira na remuneração tende a reduzir esta diferença. Os motivos são de diversas naturezas, mas os principais que identificamos são:

- ✓ Política desigual de reajuste, em que profissionais situados em um nível superior da carreira recebem reajustes inferiores aqueles situados em um nível inferior da carreira. Exemplificamos com acordo dos profissionais da educação pública do Estado do Maranhão no ano de 2020.

CARREIRA	CARGO	CLASSE	REF.	20 HORAS						VARIÇÃO %	
				REMUNERAÇÃO ANTES			REMUNERAÇÃO COM REAJUSTE 2020				
				VENC.	GAM	TOTAL	VENC.	GAM	TOTAL		
Docência da Educação Básica e Suporte pedagógico	Prof. I	C	6	1.228,32	1.093,20	2.321,52	1.443,12	1.284,38	2.727,50	17,49%	
	Prof. II e Espec. I	C	5	1.253,84	1.508,62	2.762,46	1.443,12	1.736,36	3.179,48	15,10%	
			6	1.304,00	1.568,97	2.872,97	1.443,12	1.736,36	3.179,48	10,67%	
	Prof. III e Espec. II	A	1	1.305,11	1.570,31	2.875,42	1.443,12	1.736,36	3.179,48	10,57%	
			2	1.370,36	1.648,82	3.019,18	1.443,12	1.736,36	3.179,48	5,31%	
		B	3	1.438,89	1.731,27	3.170,16	1.510,83	1.817,83	3.328,66	5,00%	
			4	1.510,83	1.817,83	3.328,66	1.586,37	1.908,73	3.495,10	5,00%	
			5	1.586,38	1.908,73	3.495,11	1.665,70	2.004,17	3.669,87	5,00%	
		C	6	1.665,70	2.004,17	3.669,87	1.748,98	2.104,37	3.853,35	5,00%	
			7	1.748,98	2.104,37	3.853,35	1.836,43	2.209,59	4.046,02	5,00%	
					40 HORAS						
	Prof. III e Espec. II	A	1	2.610,22	3.140,62	5.750,84	2.886,24	3.472,72	6.358,96	10,57%	
			2	2.740,72	3.297,63	6.038,35	2.886,24	3.472,72	6.358,96	5,31%	
		B	3	2.877,77	3.462,53	6.340,30	3.021,66	3.635,66	6.657,32	5,00%	
			4	3.021,67	3.635,67	6.657,34	3.172,75	3.817,45	6.990,20	5,00%	
			5	3.172,76	3.817,46	6.990,22	3.331,40	4.008,34	7.339,74	5,00%	
		C	6	3.331,41	4.008,35	7.339,76	3.497,98	4.208,77	7.706,75	5,00%	
7			3.497,97	4.208,76	7.706,73	3.672,87	4.419,20	8.092,07	5,00%		

- ✓ Além disso, existem as mudanças nos planos de carreira, a redução dos níveis e das gratificações etc.

Pois bem, apresentamos, abaixo, os dados conforme os critérios acima indicados.

	Diferença salarial entre profissionais do magistério com mais de 10 anos de carreira e com menos de 10 anos de carreira																	
Capital	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Porto Velho - RO	-17,68%	-14,44%	-21,46%	-41,48%	-40,41%	-35,73%	-43,42%	-42,92%	-42,56%	-19,75%	-29,03%	-26,30%	-23,11%	-22,79%	-26,09%	-20,53%	-21,05%	-8,93%
Rio Branco - AC	-15,66%	0,47%	-15,56%	-17,21%	-19,72%	-23,25%	-29,72%	-19,59%	-27,45%	-27,86%	-29,47%	-30,51%	-33,03%	-25,84%	-34,61%	-33,97%	-32,38%	-41,89%
Manaus - AM	-100,00%	50,84%	-29,20%	-67,43%	-35,41%	-32,96%	-32,55%	-84,40%	-29,01%	-19,06%	-15,65%	-21,60%	-11,07%	-11,45%	-10,24%	-13,87%	-22,40%	-27,29%
Boa Vista - RR	-100,00%	-100,00%	NA	NA	-13,78%	-45,13%	-45,95%	-22,55%	-40,18%	-43,68%	-36,77%	-30,76%	-42,11%	-41,53%	-44,19%	-44,48%	-45,14%	-52,26%
Belém - PA	-18,05%	-17,62%	-15,97%	-15,64%	-14,63%	-10,93%	-11,13%	-12,19%	-16,10%	-38,38%	-33,15%	-32,39%	-30,06%	-26,60%	-26,21%	-33,19%	-31,43%	-32,05%
Macapá - AP	-14,39%	-20,11%	-28,56%	-28,40%	-30,74%	-34,35%	-33,83%	-40,07%	-43,69%	-34,71%	-41,04%	-48,41%	-50,63%	-57,58%	-58,47%	-65,74%	-57,09%	-46,23%
Palmas - TO	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-17,61%	-22,61%	-19,35%	-21,25%	-17,19%	-30,38%	-36,15%	-35,13%	-35,93%	-35,11%	-34,83%	-35,52%
São Luiz - MA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-36,56%	111,40%	-25,97%	-27,21%	-24,27%	-25,71%	-27,58%	-29,38%	-40,43%	-42,62%
Teresina - PI	-19,10%	-22,56%	-19,24%	-24,24%	-26,97%	-21,99%	-19,77%	-12,58%	-30,09%	-29,93%	-28,67%	-31,40%	-29,49%	-30,28%	-30,00%	-34,01%	-35,38%	-25,43%
Fortaleza - CE	-31,33%	-34,11%	-36,80%	-32,98%	-26,26%	-16,90%	-17,23%	-12,37%	-15,40%	-26,97%	-23,43%	-30,13%	-38,14%	-35,04%	-37,01%	-37,28%	-36,53%	-43,17%
Natal - RN	NA	NA	NA	-42,02%	-44,84%	-45,56%	-45,66%	-41,12%	-39,33%	-37,66%	-36,43%	NA	-100,00%	-30,71%	NA	NA	NA	NA
João Pessoa - PB	-9,89%	-10,93%	-9,77%	-11,43%	-29,54%	-21,91%	-20,40%	-22,16%	-22,37%	-18,55%	-12,63%	-37,56%	-28,79%	-25,21%	-22,16%	-17,91%	-12,89%	-12,12%
Recife - PE	-45,84%	-51,59%	-52,52%	-48,54%	-46,97%	-46,84%	-44,75%	-40,44%	-39,69%	-45,23%	-40,03%	-39,78%	-41,17%	-38,08%	-37,00%	-33,07%	-32,75%	-30,65%
Aracaju - SE	-61,41%	-61,96%	-64,02%	-61,15%	-61,35%	-60,19%	-58,08%	-51,26%	-55,53%	-49,63%	-45,65%	-41,55%	-34,21%	-41,58%	-41,76%	-41,94%	-42,30%	-36,57%
Salvador - BA	-43,18%	-39,88%	-36,70%	-33,92%	-28,46%	-29,06%	-29,82%	-25,09%	-24,58%	-22,66%	-24,16%	-23,56%	-24,73%	-19,57%	-19,17%	-25,47%	NA	-41,50%
Belo Horizonte - MG	-36,65%	-41,92%	-46,93%	-45,99%	-52,58%	-51,90%	-53,57%	-53,59%	-52,98%	-53,99%	-55,18%	-56,05%	-57,62%	-55,26%	-53,98%	-50,14%	-47,13%	-43,06%
Vitória - ES	-32,26%	-35,43%	-34,87%	-42,76%	-44,73%	-46,81%	-50,57%	-52,69%	-53,43%	-48,68%	-49,21%	-49,75%	-47,13%	-48,84%	-44,57%	-44,12%	-42,13%	-42,03%
Rio de Janeiro - RJ	-28,20%	-31,85%	-32,35%	-30,14%	-30,75%	-38,45%	-40,60%	-42,47%	-47,33%	-45,42%	-49,50%	-36,05%	-31,62%	-24,68%	-23,13%	-16,73%	-15,04%	-13,39%
São Paulo - SP	-43,52%	-45,56%	-47,16%	-44,69%	-44,09%	-44,19%	-48,48%	6,37%	-44,90%	-46,74%	-49,77%	-51,16%	-50,41%	-47,94%	-47,71%	-49,23%	-48,92%	-47,80%
Curitiba - PR	-40,63%	-42,21%	-43,16%	-41,68%	-39,92%	-37,42%	-35,87%	-33,90%	-34,07%	-31,39%	-28,78%	-29,36%	-32,93%	-35,66%	-35,89%	-37,43%	-38,45%	-38,48%
Florianópolis - SC	-29,57%	-29,49%	-32,81%	-40,27%	-36,97%	-47,35%	-33,74%	-45,49%	-45,84%	-48,46%	-41,01%	-41,83%	-51,99%	-43,79%	-39,07%	-37,56%	-30,95%	-29,13%
Porto Alegre - RS	-37,04%	-34,93%	-37,56%	-37,05%	-35,97%	-36,52%	-37,85%	-41,34%	-43,04%	-44,68%	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-46,20%
Campo Grande - MS	-3,59%	-7,21%	-11,50%	-39,25%	-41,63%	-42,30%	-41,63%	-42,55%	-42,51%	-36,86%	-34,02%	-35,42%	-25,99%	-24,42%	-23,20%	-25,34%	-31,94%	-33,33%
Cuiabá - MT	-57,66%	-49,52%	-49,34%	-35,95%	-55,38%	-53,51%	-51,25%	-46,07%	-56,15%	-45,79%	-45,72%	-44,48%	-43,50%	-39,80%	-34,32%	-30,52%	-24,79%	-30,60%
<b>Total</b>	<b>-34,71%</b>	<b>-38,18%</b>	<b>-39,90%</b>	<b>-39,73%</b>	<b>-42,09%</b>	<b>-42,39%</b>	<b>-44,79%</b>	<b>-41,40%</b>	<b>-43,41%</b>	<b>-44,56%</b>	<b>-44,30%</b>	<b>-42,29%</b>	<b>-41,05%</b>	<b>-38,03%</b>	<b>-37,10%</b>	<b>-36,53%</b>	<b>-35,53%</b>	<b>-36,04%</b>

Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Os dados acima levantados são elucidadores. Em primeiro lugar, a diferença salarial entre os dois setores caiu de 44,79% em 2009 para 36,04% em 2020. Mais ainda, a diferença salarial começou a reduzir justamente no ano de 2009, quando se deu a implementação do Piso Salarial. Fica claramente indicado que os reajustes propostos pela Lei do Piso Salarial estão calcados em dois aspectos: a redução do total de trabalhadores empregados apoiado no giro da pirâmide etária brasileira e, ao mesmo tempo, na destruição das respectivas carreiras.

## Governos municipais trocam carreira pelo Piso Salarial Nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aponta para várias tendências, além de indicar um retrato do quadro atual de implementação do Piso Salarial Nacional. Nas linhas que se seguem, resumimos as principais conclusões.

Com relação ao cumprimento ou não do Piso Salarial Nacional a análise revela que o piso não era cumprido por cerca de metade das capitais até o fim de 2021. Com o reajuste de janeiro de 2022, apenas três municípios cumprem o Piso, sendo que os demais se encontram em negociação com as respectivas prefeituras. Até o fim 2021, cerca de 80% dos estados cumpriam o piso segundo o critério da proporcionalidade entre o valor previsto em Lei e a carga horária. Com o reajuste, cerca de 70% dos estados passaram a não cumprir o Piso, encontrando-se, também, em negociação.

Foi possível identificar, segundo os critérios anteriormente indicados e em base aos dados da RAIS, que o Piso Salarial Nacional constituiu-se em um ponto de inflexão em diversos sentidos, sendo os principais o seguinte:

- ✓ Tendência de maior adoção de uma carga horária de 40 horas.
- ✓ Ainda que de forma tímida, alguns municípios passaram a ter um percentual significativo de profissionais na educação não efetivos.
- ✓ Existe uma redução absoluta do setor em todo o país desde precisamente 2009. O piso foi implantado de forma combinada com o giro da pirâmide etária brasileira.
- ✓ E, principalmente, o ano de 2009 inicia-se uma redução da diferença salarial entre os profissionais com mais de 10 anos de carreira e aqueles com menos de 10 anos, o que aponta para deterioração das respectivas carreiras e dos reajustes a ela correlatos.

Em resumo, tudo que acima indicamos, aponta para a possibilidade de implantação do Piso Salarial Nacional sem custos para os entes responsáveis. É precisamente esse processo que se encontra em curso. Nesse quadro, o município de Belo Horizonte apresenta uma dinâmica de deterioração salarial dos profissionais do magistério nela empregados notoriamente mais elevada do que a média nacional, dinâmica que é acentuada quando consideramos os maiores municípios do país.

Ressaltamos ainda que tal estudo teve como foco as capitais dos Estados brasileiros. Alguns dados apresentados no primeiro capítulo desse estudo abrem a possibilidade de que o Piso tenha representado um avanço na remuneração dos profissionais do magistério nos municípios do interior dos Estados, que, via de regra, partiam de uma remuneração inferior a média nacional. Como vimos, esse não foi o caso, de modo algum, para os profissionais empregados pelo Estado e, também, pelas suas respectivas capitais.